

ESTUDO ETNOBOTÂNICO DAS PLANTAS AROMÁTICAS E MEDICINAIS*

J. S. Camejo Rodrigues

EN8, Nº 57, Ameal, 2565-641 Ramalhal

A Etnobotânica é uma área científica que estuda a relação que existe entre o Homem e as plantas e o modo como as populações usam os recursos vegetais.

A Etnobotânica é uma área científica multidisciplinar que abrange diversas áreas como a Botânica, a Ecologia, a Antropologia, A Linguística, A Sociologia, a História, a Medicina, a Farmacologia, a Fitoterapia, a Economia, o Comércio, etc.

O termo “etnobotânica” surge pela primeira vez em 1895 com o botânico norte americano John W. Harshberger (Balick e Cox, 1996), para descrever estudos sobre plantas utilizadas pelos povos primitivos e aborígenes. Desde então a etnobotânica como ciência tem-se desenvolvido e várias definições foram surgindo, todas elas focando os modos de utilização das plantas por parte do Homem, nos conhecimentos tradicionais de um povo ou população.

A estrita ligação Homem-Plantas é já bastante antiga. Desde tempos muito remotos que o Homem aprendeu a utilizar as plantas para seu proveito. Muitos povos ou civilizações foram armazenando um vasto conhecimento acerca de como usar muitas e variadas plantas. O Homem aprendeu a usar e manipular diversas plantas que possuem poderes curativos, tendo muitas delas desempenhado um importante papel no desenvolvimento da Medicina ao longo de vários séculos.

Se por um lado o conhecimento sobre as plantas e suas virtudes levaram à sua investigação científica e por conseguinte permitiram o avanço da Medicina, por outro lado foi no seio das comunidades rurais e dos povos indígenas que se estabeleceu a mais íntima relação Homem-Plantas, relação esta muitas vezes fulcral para o desenvolvimento das populações e para a sobrevivência individual. Foi neste último contexto que estes saberes-fazer acumulados, vindos da experiência (e experimentação) humana, se conservaram e foram transmitidos ao longo das gerações por transmissão oral.

Se bem que no passado a medicina caseira fosse muito comum e desempenhasse para muitas populações a única forma de acesso a curas, hoje em dia, nas sociedades ditas mais desenvolvidas, é relativamente fácil o acesso à chamada Medicina Convencional e a muitos e variados fármacos. Assim, a medicina popular tende a representar, cada vez mais, um papel secundário, principalmente nas sociedades mais desenvolvidas e urbanas.

Em Portugal existe ainda um vasto manancial de conhecimentos acerca dos usos populares e tradicionais das plantas. No entanto, a utilização das plantas em remédios caseiros é uma prática que vai diminuindo de intensidade e importância, mesmo nas comunidades rurais. A facilidade com que hoje em dia se tem assistência médica e o progressivo afastamento do modo de vida rural pela maioria da população leva a que as pessoas, e principalmente os mais jovens, não sintam necessidade, interesse e incentivo para aprender os saberes ancestrais dos usos dos recursos vegetais. Assim sendo, estes saberes tornam-se cada vez mais reliquias e persistem quase exclusivamente nas pessoas mais antigas. Deste modo, estes saberes tradicionais, que são parte integrante do património cultural de um povo, tendem a desaparecer com o tempo ou mesmo a extinguir-se a médio prazo caso nada se faça para o impedir. É deste modo urgente fazer o máximo de recolhas etnobotânicas, enquanto ainda é tempo.

Tal como comentam Bonet *et al.* (1999), “a recolha dos saberes-fazer tradicionais é uma verdadeira operação de salvamento de um conhecimento popular sobre plantas, conhecimento esse que pode ser considerado uma herança global já que cada uso fitoterapêutico referido por uma comunidade local pode vir, no futuro, a servir de base a uma cura actuante à escala global”.

Recentemente tem vindo a crescer no nosso país um interesse sobre este assunto e uma preocupação com a extinção destes conhecimentos. Ao contrário de muitas regiões do globo (como por exemplo na nossa vizinha Espanha), no nosso país apenas nos últimos anos se

* In: Figueiredo AC, JG Barroso, LG Pedro (Eds), 2007, *Potencialidades e Aplicações das Plantas Aromáticas e Medicinais*. Curso Teórico-Prático, pp. 168-174, 3ª Ed., Edição da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - Centro de Biotecnologia Vegetal, Lisboa, Portugal.

Tabela 1. Resumo dos estudos etnobotânicos sobre PAM feitos em Portugal até à data.

Titulo	Região	Metodologia	NºEspécies	Autor (Ano)
As plantas medicinais e condimentares. Análise das potencialidades de uma região Alentejana	Alentejo	164 entrevistas	150	Borges e Almeida (1996)
Valorização do Património Genético de Plantas Aromáticas e Medicinais do Parque Natural da Serra da Estrela	Parque Natural da Serra da Estrela	51 inquéritos	113	Dias (1999)
Plantas Aromáticas e/ou Medicinais, Inventariação e Utilização	Reserva Natural da Serra da Malcata	200 inquéritos	73	Mesquita (2000)
As Plantas Aromáticas e Medicinais no Parque Natural do Douro Internacional – Miranda do Douro	Parque Natural do Douro Internacional	198 inquéritos (por confirmar)	104	Santos (2000)
Contributo para o Estudo Etnobotânico das Plantas Medicinais e Aromáticas no Parque Natural da Serra de S. Mamede	Parque Natural da Serra de S. Mamede	37 entrevistas	165 (150 medicinais)	Camejo-Rodrigues (2001)
Plantas Aromáticas e Medicinais no Parque Natural do Douro Internacional	Parque Natural do Douro Internacional	22 entrevistas	96	Fernandes (2001)
Contributo para o Estudo Etnobotânico das Plantas Medicinais e Aromáticas na Área Protegida da Serra do Açor	Área Protegida da Serra do Açor	35 entrevistas	140 (124 medicinais)	Camejo-Rodrigues (2002)
Estudo Etnobotânico, Parque Natural do Vale do Guadiana	Parque Natural do Vale do Guadiana	83 inquéritos	118	Melo (2002)
Plantas Aromáticas e/ou Medicinais no Parque Natural da Arrábida	Parque Natural da Arrábida	72 entrevistas	176	Novais (2002)
?	Parque Natural do Alvão	?	?	2002?
Um Estudo Sobre a Flora Aromática e Medicinal Utilizada pela População Residentes na Área do Parque Natural de Sintra-Cascais e Zonas Envolventes	Parque Natural de Sintra-Cascais	178 inquéritos em Escolas, 28 entrevistas	203	Sommer (2003)
Estúdio etnobotânico de la Serra do Açor (Portugal)	Serra do Açor	30 entrevistas	120	Argüello (2003)
Inventariação e utilizações locais das plantas aromáticas e medicinais do Parque Natural do Douro Internacional	Parque Natural do Douro Internacional	24 entrevistas	99	Dias (2003)
Plantas Medicinais da Península de Setúbal, Contributo para o Conhecimento da sua Relevância Etnobotânica	Península de Setúbal	102 entrevistas	253	Santos (2004)
Etnobotânica del Parque Natural de Montesinho. Plantas, tradición y saber popular en un territorio del nordeste de Portugal	Parque Natural de Montesinho	110 entrevistas, observação-participação	364 (166 medicinais)	Carvalho (2005)
Recolha dos ‘Saber-Fazer’ Tradicionais das Plantas Aromáticas e Medicinais, Concelhos de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo	Sudoeste Algarvio	49 entrevistas	173 (164 medicinais)	Camejo-Rodrigues (2006)
Plantas e Usos Tradicionais nas Memórias de Hoje - Freguesia da Ilha	Ilha da Madeira, (concelho de Santana; freguesia da Ilha)	16 entrevistas	77	Sequeira et al. (2006)
Levantamento Etnobotânico na Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António	Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António	19 entrevistas	52 (38 medicinais)	Carapeto (2006)
Estudos de Etnobotânica e Botânica Económica no Alentejo	Região de Beja	150 entrevistas	104 medicinais	Mendonça de Carvalho (2006)

iniciaram estudos etnobotânicos (de metodologia científica, compreenda-se) que visam recolher e preservar por escrito esta quota-parte da nossa tradição. Na Tabela 1 pode-se visualizar informação sobre a maioria dos Estudos Etnobotânicos feitos até à data no território português.

Grande parte destes estudos decorreu no âmbito do Projecto “Plantas Aromáticas e Medicinais da Rede Nacional de Áreas Protegidas”, projecto desenvolvido pelo ICN (Instituto da Conservação da Natureza).

No entanto, apesar do rol de áreas protegidas citadas aqui, grande parte do território português e das populações rurais não foram ainda abrangidos por recolhas etnobotânicas.

METODOLOGIA EM ETNOBOTÂNICA

Os métodos empregues em Etnobotânica são em parte baseados em métodos das ciências sociais e antropológicas.

Em etnobotânica, como o objectivo é maximizar a recolha de saberes-fazer tradicionais, a amostragem não deve ser ao acaso nem aleatória, mas sim dirigida aos elementos da população que à partida poderão saber mais acerca da temática que se pretende abordar. Para localizar pessoas com essas características tem-se então de recorrer à técnica mais antiga – perguntar por pessoas que poderão ter um vasto conhecimento. Além de podermos perguntar por essas pessoas a residentes locais ao acaso ou a residentes (ou trabalhadores) locais que já conheçamos, podemos também obter bons resultados perguntando a individualidades locais ou pessoas influentes. Em paralelo, outra técnica muito útil é a chamada “bola de neve” na qual se pergunta às pessoas entrevistadas se conhecem outras pessoas que poderão saber muito dessa temática, podendo assim obter-se nomes de outras pessoas a envolver no estudo, as quais por sua vez poderão referir umas quantas outras.

Quanto aos métodos de recolha de dados existem dois métodos muito citados e usados na etnobotânica – a “entrevista etnobotânica” e a “observação participação”.

Uma entrevista pode ser:

- “entrevista informal” – total falta de estrutura ou controlo da entrevista, em que o investigador apenas tenta recordar-se das conversações que teve ou ouviu durante o dia;

- “entrevista não estruturada” – em que existe uma entrevista formal, com entrevistador e entrevistado, e em que ambos estão conscientes que estão numa entrevista, no entanto, e apesar de existir um plano claro que o entrevistador mantém, é caracterizada por um mínimo de controlo sobre as respostas do entrevistado (mais usado em situações em que se tem muito tempo para desenvolver a recolha etnobotânica)

- “entrevista semi-estruturada” – existe um guião mental acerca dos tópicos a abarcar na entrevista e existe também algum controlo nesse sentido, mas permitindo-se uma conversação (muito útil em situações em que poderá não haver hipóteses de voltar a entrevistar as mesmas pessoas posteriormente)

- “entrevista estruturada” – a entrevista é totalmente estruturada, como se fosse um questionário, mas utilizado de modo mental pelo entrevistador (e não preenchido pelo entrevistado), podendo-se utilizar técnicas diversas (como técnicas de análise de consenso, as quais têm regras próprias que são explicadas ao entrevistado)

O método “observação participação” (ou “observador participante”) requer uma forte e longa aproximação do investigador com a comunidade que estuda, de modo a adquirir a confiança das pessoas, requerendo uma presença continuada do investigador no seio da comunidade e a “experienciação” e participação na vida social dessa comunidade, como se de um filho da terra ou residente de longa data se tratasse. Este método permite uma observação e um registo da vida dos vários elementos da comunidade, assim como uma descrição dos usos populares das plantas mais exacta, propiciada pela experiência e participação, pelo que pode proporcionar acesso a informação pouco evidente e difícil de adquirir através de entrevistas ou questionários (como por exemplo se a pessoa ainda usa determinadas plantas e a frequência desse uso).

Segundo António Firmino da Costa (Costa, 1987) “a observação participante dá os melhores resultados na obtenção de informações sobre comportamentos, discursos e acontecimentos observáveis mas que passam despercebidos à consciência explícita dos actores sociais”, acrescentando “já onde a entrevista é mais eficiente é na obtenção de normas e *status* institucionalizados, de conhecimentos gerais e facilmente verbáveis. A observação directa participante pode também, obter estas informações, mas de maneira fragmentada e morosa”.

Se bem que o método da “observação participação” pode proporcionar um conjunto de informação que as entrevistas não podem, ele requer muito tempo e continuidade no seio das comunidades, o que muito esporadicamente é possível em estudos etnobotânicos (que geralmente são planeados e financiados para um curto espaço de tempo - meses, ou de 1 a 4 anos. Assim, o método mais difundido é a entrevista etnobotânica, recorrendo-se geralmente a um tipo de entrevista semi-estruturada.

Grande parte dos investigadores consideram uma entrevista como um conjunto de várias sub-entrevistas (“visitas”) ao mesmo “informante” (pessoa entrevistada) ao longo do tempo, durante as quais o investigador vai tentando recolher mais informação do informante (que nunca diz tudo o que sabe só numa visita, quer seja por falta de confiança no investigador que mal conhece, quer seja por não se lembrar de tudo numa só visita) e vai tirando dúvidas das visitas anteriores.

Descrevem-se em seguida as fases básicas e o modo como, na opinião da autora, deverá decorrer um estudo etnobotânico focalizado nos usos tradicionais de plantas aromáticas e medicinais.

Durante as entrevistas o investigador regista (em papel e/ou cassete áudio) os dados pessoais do informante e os conhecimentos transmitidos por este. É importante tentar perceber qual é a origem daqueles conhecimentos, se de experiência própria ou transmissão oral, ou se de livros ou meios audiovisuais, dado os primeiros conhecimentos serem aqueles que se pretendem recolher e registar mantendo o seu carácter genuíno.

Numa primeira visita é aconselhável não sobrecarregar os informantes com demasiadas perguntas, o que poderia levar a um cansaço e falta de interesse por parte do informante. As informações básicas a registar primeiramente deverão ser – o nome comum da planta, o(s) seu(s) uso(s), a parte utilizada, o modo de preparação e o modo de aplicação. Em visitas futuras ao mesmo informante dever-se-á então aprofundar os conhecimentos sobre cada planta (p.e. perguntar pela época de colheita, modo de colheita, local de colheita, quantidade e finalidade da colheita, modo de conservação do preparado quando aplicável, duração do produto conservado quando aplicável, etc.). Apesar do estudo ser focalizado na temática das PAM, nunca é de descartar informações sobre outras temáticas etnobotânicas que os informantes transmitam (p.e. usos veterinários, usos alimentares, benzeduras, rezas, crenças, etc.), visto uma outra oportunidade de pesquisar e registar esses conhecimentos poderá nunca chegar a existir.

Após (ou paralelamente) o registo textual dos nomes das plantas e dos seus usos tradicionais é imprescindível um reconhecimento das plantas e sua identificação científica.

Se bem que hajam nomes vulgares de plantas que não suscitam dúvidas (como por exemplo, o alecrim, o poejo, a erva-cidreira, os agriões, a alface, o castanheiro, a oliveira, o morangueiro, o limoeiro, a salsa, os coentros, a silva, etc.) muitas outras plantas precisam ser confirmadas e identificadas. Pode acontecer dentro de uma mesma região serem dados nomes diferentes para a mesma espécie ou o mesmo nome ser dado a duas ou mais espécies diferentes, daí a importância do reconhecimento e confirmação de todas as plantas referidas por todos os informantes (excepto as óbvias), confirmação esta feita de informante a informante. Para efectuar esse reconhecimento ou confirmação o ideal seria ter a possibilidade de fazer excursões ao campo/hortas/quintais com cada informante de modo a visualizar e recolher todas as plantas referidas por este. No entanto, essa possibilidade é muitas vezes rara, quer por falta de tempo ou vontade do informante quer por dificuldades físico-motoras deste ou por não saberem onde encontrar as plantas. Assim, outros métodos se usam para confirmação das plantas sendo o método preferível a colheita prévia pelo investigador das plantas que suspeita serem as mencionadas e “mostragem” a cada informante que as tenha referido. Por vezes sucede também que o informante apanha ele próprio a planta e a entrega ao investigador, o que poupa o tempo a

este. Quando não existe qualquer indício sobre a identidade de uma planta, o investigador deve pedir ao informante se lhe pode arranjar uma amostra ou que lhe indique algumas características e onde a poderá encontrar, ou ainda se pode indicar alguém a quem o investigador possa perguntar.

Outro método é o recurso a fotografias ou desenhos de plantas. No entanto este método é menos recomendável devendo ser usado apenas em último recurso já que, tal como comenta Martin (1995), muitas pessoas não estão habituadas a reconhecer as plantas sob essa forma e sem o contexto ecológico e, assim, além de poder surgir dificuldades na identificação, podem também surgir interpretações e confirmações erróneas.

De realçar que a fase de reconhecimento e confirmação das plantas é uma oportunidade excelente para recolher mais informações acerca de cada planta referida e esclarecer dúvidas.

A identificação científica das plantas deverá ser o mais exacta e actualizada possível, recomendando-se o uso das Floras mais actualizadas e pormenorizadas que abarquem a região em estudo.

Aquando dúvidas na identificação taxonómica de plantas, é sempre preferível o aconselhamento com outros botânicos ou com taxónomos ou, em último caso, admitir e transmitir textualmente a dúvida ou incerteza.

Sempre que possível e viável é aconselhável a preparação de folhas de herbário e sua deposição num Herbário Oficial, principalmente em estudos de carácter académico.

Paralelamente e posteriormente a todo o trabalho prático ao longo de um estudo etnobotânico é importante o registo computadorizado de todas as informações recolhidas.

A partir do momento em que o investigador começa a recolher dados etnobotânicos ele torna-se responsável pela salvaguarda desses dados, mas também pelo seu bom uso. Na minha opinião o mínimo que se deve fazer após a realização de um estudo etnobotânico é a publicação (não científica) de um livro ou brochura para o grande público. Em complementação, diversas outras acções, ou produtos, se podem desenvolver com os dados recolhidos, podendo estes dar bons contributos em áreas como a investigação terapêutica/ farmacológica, a educação ambiental, a produção e comercialização de PAM, a construção de jardins/ hortos temáticos, a conservação de espécies autóctones, o ecoturismo, o turismo cultural, etc.

Vários podem ser os contributos e as utilizações dos dados recolhidos num estudo etnobotânico, no entanto, é muito importante assegurar e reconhecer publicamente a autoria desses conhecimentos, já para não falar nos direitos de autor e de usufruto de autoridade sobre os conhecimentos transmitidos como eticamente é imprescindível em recolhas feitas em comunidades tribais (p.e. tribos índias da Amazónia).

Além do reconhecimento público da autoria dos conhecimentos etnobotânicos recolhidos, eticamente é também importante retribuir benefícios às pessoas entrevistadas (ou mesmo às comunidades onde se inserem), devendo-se proporcionar preferência de distribuição de benefícios aos informantes e seus familiares (p.e. no caso de publicação de um livro ou brochura, como referido acima, deve-se oferecer um exemplar dessa publicação a cada pessoa que contribuiu para a recolha etnobotânica).

Esta comunicação abarca ainda uma passagem, em jeito de resumo, pelos casos práticos de estudos etnobotânicos e experiência próprios.



Fig. 1. Fel-da-terra (*Centaurium erythraea* Rafn).

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO ETNOBOTÂNICO DAS PLANTAS MEDICINAIS E AROMÁTICAS NO PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE

- 37 entrevistas etnobotânicas (45 informantes)
- 165 espécies úteis, das quais 150 PAM (com 224 nomes populares referidos)
- 136 usos medicinais diferentes, 10 usos veterinários e ainda 26 outros usos, além das utilidades aromáticas e condimentares
- 51 espécies com usos referidos por 3 ou mais informantes diferentes
- 19 entrevistas com “*informantes estrela*” (que referiram 30 ou mais plantas úteis)

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO ETNOBOTÂNICO DAS PLANTAS MEDICINAIS E AROMÁTICAS NA ÁREA PROTEGIDA DA SERRA DO AÇOR

- 35 entrevistas etnobotânicas (40 informantes)
- 140 espécies úteis, 124 das quais com usos medicinais, 15 usadas como aromáticas, 16 condimentares (com 168 nomes populares referidos)
- 97 usos medicinais diferentes, 4 usos veterinários, 13 utilidades aromáticas (incluindo “condimentar”)
- 62 espécies com usos confirmados em 3 ou mais entrevistas diferentes
- 19 entrevistas com “*informantes estrela*”

RECOLHA DOS “SABER-FAZER” TRADICIONAIS DAS PLANTAS AROMÁTICAS E MEDICINAIS: CONCELHOS DE ALJEZUR, LAGOS E VILA DO BISPO

- 49 entrevistas etnobotânicas (75 informantes)
- 173 espécies úteis, 164 das quais com usos medicinais, 16 condimentares, 31 c/ usos veterinários (com 168 nomes populares referidos)
- 76 espécies com usos confirmados em 3 ou mais entrevistas diferentes
- em 28 das entrevistas (57%) foram referidas 30 ou mais plantas úteis
- 113 novos nomes, 37 com 3 ou mais referências



Fig. 2. Malva (*Lavatera cretica* L.).

REFERÊNCIAS

- Argüello J (2003) *Estúdio etnobotânico de la Serra do Açor (Portugal)*. Trabajo investigación tutelado, Programa doctorado Biología Evolutiva y Biodiversidad. Madrid, Facultad de Ciencias, Universidad Autónoma de Madrid.
- Balick M, Cox P (1996) *Plants, People and Culture*. The Science of Ethnobotany, Scientific American Library. USA. 228 pp.
- Bonet MA, Parada M, Selga A & Vallès J (1999) Studies on pharmaceutical ethnobotany in the region of L'Alt Empordà and Les Guilleries (Catalonia, Iberian Peninsula). *Journal of Ethnopharmacology*, 68: 145-168.
- Borges AE, Almeida VC (1996) As plantas medicinais e condimentares. Análise das potencialidades de uma região Alentejana. *Silva Lusitana*, Ano IV, nº especial: 143-169.
- Camejo-Rodrigues JS (2001) *Contributo para o Estudo Etnobotânico das Plantas Medicinais e Aromáticas no*

- Parque Natural da Serra de S. Mamede*. Relatório de Estágio para a Licenciatura em Biologia. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Camejo-Rodrigues JS (2002) *Contributo para o Estudo Etnobotânico das Plantas Medicinais e Aromáticas na Área Protegida da Serra do Açor*. Relatório de Estágio elaborado no âmbito do Projecto “Plantas Aromáticas e Medicinais da Rede Nacional de Áreas Protegidas”, APPSA, ICN.
- Camejo-Rodrigues JS (2006) *Recolha dos ‘Saber-Fazer’ Tradicionais das Plantas Aromáticas e Medicinais, Concelhos de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo*. Associação Aflosul, Bordeira.
- Carapeto A (2006) *Levantamento Etnobotânico na Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António*. Relatório Final, Projecto Agro nº 800 “Rede Nacional para a Conservação e Utilização das Plantas Aromáticas e Medicinais”. Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António. Castro Marim.
- Carvalho AM (2005) *Etnobotânica del Parque Natural de Montesinho. Plantas, tradición y saber popular en un territorio del nordeste de Portugal*. Tesis Doctorales. Universidad Autónoma de Madrid. UAM Ediciones.
- Costa AF (1987) *A pesquisa de terreno em sociologia*. In Silva AS, JM Pinto (Eds) *Metodologia das Ciências Sórias*. Porto. Afrontamento. pp. 129-148.
- Dias C (1999) *Valorização do Património Genético de Plantas Aromáticas e Medicinais do Parque Natural da Serra da Estrela*. Relatório do Trabalho de Fim de Curso. Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Castelo Branco.
- Dias C (2003) *Inventariação e utilizações locais das plantas aromáticas e medicinais do Parque Natural do Douro Internacional*. PNDI, Figueira de Castelo Rodrigo.
- Fernandes J (2001) *Plantas Aromáticas e Medicinais no Parque Natural do Douro Internacional*. Relatório de Estágio. Parque Natural do Douro Internacional, ICN.
- Martin G (1995) *Ethnobotany: A Conservation Manual*. Chapman & Hall. Cambridge, 268 pp.
- Melo C (2002) *Estudo Etnobotânico, Parque Natural do Vale do Guadiana*. Relatório de Projecto do Curso de Engenharia Agro-Florestal. Escola Superior Agrária de Beja.
- Mendonça de Carvalho (2006) *Estudos de Etnobotânica e Botânica Económica no Alentejo*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.
- Mesquita MF (2000) *Plantas Aromáticas e/ou Medicinais, Inventariação e Utilização*. Relatório de Estágio. Reserva Natural da Serra da Malcata, Instituto da Conservação da Natureza (ICN).
- Novais MH (2002) *Plantas Aromáticas e/ou Medicinais no Parque Natural da Arrábida*. Trabalho de Fim de Curso. Universidade de Évora.
- Santos C (2000) *As Plantas Aromáticas e Medicinais no Parque Natural do Douro Internacional – Miranda do Douro*. Mogadouro, Parque Natural do Douro Internacional, ICN.
- Santos S (2004) *Plantas Medicinais da Península de Setúbal, Contributo para o Conhecimento da sua Relevância Etnobotânica*. Relatório de Estágio final de Licenciatura em Biologia. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Sequeira M, Fontinha S, Freitas F, Ramos L, Mateus MG (2006) *Plantas e Usos Tradicionais nas Memórias de Hoje. Freguesia da Ilha*. Casa do Povo da Ilha. Santana.
- Sommer MR (2003) *Um Estudo sobre a Flora Aromática e Medicinal Utilizada pela População Residente na Área do Parque Natural de Sintra-Cascais e Zonas Envolventes*. Relatório de trabalho de fim de curso de Engenharia Agronómica. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.